

## “A dez mil léguas da civilização moderna” – Bartolomeu Constantino e a militância libertária na província (1913 – 1916)

GIL GONÇALVES

[gilgoncalves65@yahoo.com](mailto:gilgoncalves65@yahoo.com)

Instituto de História Contemporânea (IHC - NOVA FCSH)

### Resumo

Este artigo toma como ponto de partida a história de vida de Bartolomeu Constantino, militante no movimento anarquista português entre finais do século XIX e inícios do século XX. O propósito não é, contudo, meramente biográfico. Constantino, prolixo comentador do seu tempo, relatou-nos os ecos que as acções de propaganda que desenvolveu suscitaram em diferentes pontos de um país que calcorreou exaustivamente. Debruçando-nos sobre o seu percurso político e o seu perfil profissional, procuramos atestar que a circulação de ideias libertárias pelo território não estava circunscrita aos grandes centros urbanos e ao proletariado industrial. Do Algarve a Trás-os-Montes, sempre ao serviço da causa libertária, organizou *meetings* e manifestações, fundou jornais e sindicatos. O enfoque no plano individual não constitui, assim, um registo meramente anedótico, servindo essa escala como uma forma complementar de olhar para o mundo de então. Mais do que um estudo de caso ilustrativo de um conjunto de teses predefinidas, trata-se de uma aproximação alternativa à história da militância libertária das primeiras décadas do século XX.

### Palavras-chave:

Bartolomeu Constantino, movimento libertário, anarquismo, micro-história, circulação de ideias, histórias de vida.

### Abstract

This paper delves into the life-history of Bartolomeu Constantino, activist in the Portuguese anarchist movement between the end of the 19<sup>th</sup> century and the early 20<sup>th</sup>. The purpose, however, is not merely biographic. Constantino, as a verbose commentator of its time, reported extensively on the echoes of his propaganda actions throughout the country. By taking into account his political trajectory and professional profile, our main aim is to demonstrate that the circulation of libertarian ideas through the territory was not confined to the big cities and the industrial proletariat. From the Algarve to Trás-os-Montes, always serving the libertarian ideals, he organized meetings and demonstrations, founded newspapers and unions. Thus, the emphasis on the individual level is not merely anecdotal, but a complementary way to look at the world Constantino and his comrades inhabited. More than a case-study that illustrates a set of predefined arguments, it's an alternative approach to the history of libertarian activism in Portugal during the early XXth century.

### Key concepts:

Bartolomeu Constantino, libertarian movement, anarchism, micro-history, circulation of ideas, life-histories.

## Introdução

Bartolomeu Constantino dedicou a vida à defesa e propagação dos ideais libertários. Foi um de muitos rostos que, entre o final do século XIX e inícios do século XX, ousaram disputar uma arena política que sempre lhes tinha sido vedada. Um de muitos “incendiários” que, sem passado ou estatuto, desafiaram a ordem estabelecida, enlevados pela convicção de que seria possível criar esse mundo onírico onde as fronteiras que dividem a Humanidade seriam diluídas pelo suor dos seus esforços.

Não sendo um personagem desconhecido da principal literatura acerca do movimento libertário português, a sua acção continua a merecer um “estudo autónomo” (Ventura 2000, 226). A nossa proposta é, no entanto, mais modesta. Passa por seguir o seu percurso, destacando o papel do militante na criação de organizações e novas dinâmicas sociais, papel esse, por vezes, obscurecido por tradições historiográficas tendentes a reduzir ao indispensável o foco nos universos individuais. Esta inflexão não pretende construir uma biografia, mas antes numa aproximação microscópica ao movimento anarquista português, capaz de contribuir para uma melhor compreensão da realidade política e social do período.

Neste caso, há um aliciante particular. Tratando-se de alguém que passou boa parte da sua vida a ser objecto de perseguições, Constantino foi forçado a uma permanente itinerância, marcada por estadas mais ou menos breves em diferentes pontos do país. Sem nunca ter deixado de desempenhar o seu papel de propagandista, os registos que nos deixa da sua militância são um valioso documento para reflectir sobre a circulação das ideias libertárias em Portugal, mostrando-nos que estas não eram necessariamente desconhecidas fora dos contextos urbanos e industriais.

A estrutura do artigo divide-se em três pontos. O primeiro dedica-se a uma breve análise ao percurso de Constantino no movimento libertário da época, um segundo debruça-se sobre o seu perfil profissional e o terceiro reflecte acerca das suas acções de propaganda por diferentes regiões do país.

### 1. Bartolomeu Constantino no movimento Libertário

Bartolomeu Constantino (Olhão, 20 de Julho de 1863 – Lisboa, 11 de Janeiro 1916) gozou de um percurso prolífico no movimento operário português. A primeira referência em que o encontramos associado a associações de trabalhadores surge a 8 de Dezembro de 1887, quando

integra a “Comissão de Resistência Contra a Lei das Licenças para Trabalhar” de 15 de Julho (Fonseca 1980, 120 e 193). Nesses primeiros anos estava filiado no Partido Socialista, sendo um dos rostos mais proeminentes da corrente “obreirista” de um movimento tendencialmente intelectual (Mónica 1985, 48). Lidera manifestações dos sem-trabalho, entrando com estes em tabernas onde lhes manda dar de comer “declarando que não paga. Ou antes: paga com um discurso sobre a organização social”<sup>1</sup>. Torna-se secretário e contínuo do Centro Socialista do Pátio do Salema (afecto a Azedo Gneco) em 1894 - uma filiação breve já que em Julho desse ano seria expulso por “actividade fraccionária” (Ventura 2000, 100). Alinha com anarquistas e possibilistas contra a ala marxista, uma união fundamentada no enfoque nas lutas de cariz económico e num repúdio partilhado pelos “genecistas” - os possibilistas opunham-se a uma luta “abstrata” contra o Estado, preferindo concentrar os seus esforços em objectivos concretos e “possíveis” e, por sua vez, os anarquistas posicionavam-se contra o centralismo autoritário dos marxistas e a sua postura legalista.

---

<sup>1</sup> *A Capital*, 12/01/16, .2;

<sup>2</sup> Destaque-se a campanha movida por anarquistas e republicanos contra a lei-celerada, que resulta na sua libertação ou, mais tarde, o comunicado lançado em sua

É já como anarquista que, em 1895, Constantino surge como um dos protagonistas dos tumultos que têm lugar aquando do Centenário Antoniano, sendo-lhe inclusivamente imputada a autoria do manifesto distribuído a propósito da ocasião através do jornal *Propaganda* (Ventura 1996-1997, 361–383). O periódico seria encerrado e Constantino acabaria encarcerado no Limoeiro, onde regressaria no ano seguinte na sequência do atentado contra o Dr. Joyce, um dos mais badalados casos da “propaganda pelo acto” em Portugal. As detenções rotineiras pontuariam grande parte da sua vida (foi preso, pelo menos, 36 vezes) e granjearam-lhe o respeito e admiração dos seus correligionários, tendo algumas dado origem a demonstrações de solidariedade impressionantes<sup>2</sup>. Em 1897 é enviado como delegado da Associação de Classe dos Distribuidores de Jornais e Obras de Impressão (ofício que então ocupava) para a Confederação das Associações de Classe, participando ainda na União 1º de Maio, associação socialista e responsável pela preparação das comemorações do dia que lhe dava nome.

Entre 1894 e 1898 Bartolomeu é já considerado um dos principais

defesa depois ser detido sob suspeita de ter incendiado uma fábrica, no qual se legitima, sem pruridos, a necessidade da “acção directa” e da guerra aberta à República (Freire 1992, 353);

vultos anarquistas em Portugal, participando em comícios e conferências, bem como num conjunto de associações políticas e recreativas (os seus dotes de oratória ter-lhe-ão valido até a participação em grupos musicais e dramáticos comprometidos com a causa libertária). De resto, essa presença profusa e poliédrica no mundo proletário, bem como a prioridade concedida à satisfação das “necessidades imediatas” dos trabalhadores, podem ser alguns dos factores que contribuíram para a conquista libertária do mundo sindical, ante socialistas que teriam descorado o plano da prática, sem que com isso tenham colhido grandes dividendos na sua acção política-eleitoral.

Esse contacto próximo com os trabalhadores seria cimentado através da criação de várias estruturas populares (centros sociais, associações recreativas, clubes...). Na viragem de século, Constantino é um dos fundadores da Sociedade de Educação *A Questão Social* e participa na Associação Instrutiva e Beneficiadora *A Obra*. Em 1901 é novamente detido na sequência de uma manifestação anti-jesuítica e julgado pela “lei celerada”<sup>3</sup>, sem que se tenha absterido de participar no

debate sobre a necessidade de criar uma organização libertária intervencionista, que surgiria em 1902 com o nome de Federação Socialista Livre. Entretanto liberto, assume nela o cargo de tesoureiro, fundando uma Biblioteca de Estudos Sociais e participando na publicação do periódico setubalense *O Germinal*.

Em 1904, tendo regressado brevemente ao Algarve, sofrerá aquela que será a mais notável das suas perseguições. Acossado por alguns dos periódicos da região, é detido por suspeita de ter instigado os conflitos gerados durante uma visita de João Franco. Julgado novamente pela “lei celerada”, é condenado a um degredo perpétuo em Timor, apesar da defesa e dos sucessivos recursos interpostos por Afonso Costa. Apenas uma campanha intensa contra a dita lei, organizada tanto por anarquistas como por republicanos – e com apoio de lojas maçónicas de Lisboa e Porto - faz com que, em Julho de 1905 acabe absolvido e libertado. Vive em Setúbal a partir de 1906 e em Almada a partir de 1908, onde estará no momento da proclamação da República, integrando um dos braços armados da Carbonária.

---

<sup>3</sup> Datada de 13 de Fevereiro de 1896, da autoria de João Franco, permitia condenar

ao degredo (em África ou Timor) os agitadores anarquistas;

Depois de implantada a República, a sua militância não desfalece, tendo-se mantido crítico dos incumprimentos do novo regime para com o ideário que o sustentava. Em 1911 será um dos organizadores do Congresso Anarquista Português, onde se debate a presença do movimento no mundo sindical. Dinamiza greves de corticeiros e operários e, a partir de 1913, redige o periódico da Federação Anarquista da Região Sul *A Revolta*, chegando a lançar uma recolha de fundos que pretendia trazer Kropotkine a Portugal. Continua a ser acochado pelas autoridades, acusado, nesse mesmo ano, de ter incendiado uma fábrica e de ter participado no assassinato do administrador do concelho da Moita. Este assédio, a que se somaram novas acusações a propósito da organização da greve geral de 1912, levá-lo-iam a um exílio interno em Vidago e Chaves, que aproveita para se propor a organizar o movimento operário na região. Participa no quinzenário *O Agitador* e funda a União Operária Transmontana. Em 1915 regressa a Lisboa, dirigindo a *Comuna Livre* e tornando-se secretário-geral da União Anarquista Comunista. Morre em Janeiro de 1916 com 52 anos.

Esta biografia política é, necessariamente, sintética. Poderiam ser exploradas em maior detalhe os posicionamentos de Bartolomeu em relação ao conjunto de episódios e debates que marcariam a história do

período. Escreveu abundantemente sobre o 1º de Maio e os episódios de Haymarket, acerca morte de Ferrer ou da Revolução Mexicana. Já no fim da sua vida, pronunciar-se-ia sobre a Primeira Guerra de forma extensa, num debate que dividiu o movimento anarquista a nível internacional, mas que em grande medida já não pôde acompanhar. Perceber a qualidade das informações recebidas a respeito destes eventos e a forma como eram instrumentalizadas ao serviço da causa anarquista e enquadradas nas suas leituras do mundo são aspectos que, embora pertinentes, não podemos aqui aprofundar.

## **2. Ofício como catalisador de militância**

Se há um conjunto de dimensões (ou “condições objectivas”) cuja exploração pode ajudar a compreender a génese da acção política de Bartolomeu Constantino, é importante reconhecer que não podemos aceder às motivações que o levaram a dedicar a vida à propagação do ideário anarquista, com todos os custos que tal decisão acarretou. Podem, no entanto, empreender-se outro tipo de aproximações no sentido de traçar alguns caminhos possíveis, nomeadamente através de uma das poucas informações pessoais conhecidas a seu respeito para esses seus anos formativos - o facto de ter sido introduzido ao ofício

de sapateiro por um tio. Trata-se de pôr em relação a arte de militante inflamado e o seu ofício.

A literatura da época, de resto, já o fazia, notando a propensão dos sapateiros para se tornarem indivíduos particularmente prolixos, leitores ávidos e oradores expressivos, surgindo comumente na frente de manifestações e sublevações de todo o tipo, fazendo do espaço da sua oficina um palanque para o exercício da sua militância. Não surpreende, por isso, que Emídio Santana, nas suas memórias, nos diga que

foi típica a figura do Bartolomeu Constantino, o popular sapateiro, brilhante orador e polemista, anarquista inquieto que no tempo da propaganda republicana, na hora dos comícios, arrumava a ferramenta e acorria a polemizar com os vultos da República, objectando-lhes com os problemas que ultrapassavam o programa jacobino do partido republicano. (Santana 1987, 12)

Gozarem de uma maior autonomia sobre os tempos de trabalho poderá ser uma das razões que notabilizam a sua resistência a relações hierárquicas e outros tipos de dominação, ainda que se possa alegar que tal ideia de liberdade é meramente ilusória. O sapateiro não deixava de estar sujeito às contingências do mercado nacional e internacional<sup>4</sup>, permanecendo igualmente condicionado no que ao tempo de trabalho diz respeito, fosse este passado no domicílio ou na oficina.

Bartolomeu Constantino estava bem ciente disso. Durante uma sessão de propaganda diria ser “inacreditável que, querendo o governo proteger a indústria nacional, permita a livre entrada do calçado estrangeiro, o que muito prejudica a classe dos sapateiros”<sup>5</sup>, tendo também apelado, em Chaves, à organização desse sector, considerando-o dos mais explorados da região<sup>6</sup>.

Por outro lado, argumenta-se também que a natureza individual, solitária, fisicamente pouco exigente e silenciosa do ofício permitiria um espaço de reflexão e introspecção raro no universo laboral dos operá-

---

<sup>4</sup> Continuavam a estar dependentes dos preços praticados por comerciantes para os quais frequentemente trabalhavam à peça;

<sup>5</sup> *A Revolta*, 16/03/13, 1;

<sup>6</sup> “*O Agitador*, 18/10/14, 2;

rios. No caso de a oficina ser partilhada, fomentaria inclusive a discussão e o debate entre colegas, fossem estes do mesmo ofício ou não. O sentimento de independência era ainda reforçado pela posse das ferramentas pelo operário, um controlo dos meios de produção que lhe granjeava uma grande mobilidade, havendo até quem defendia, para explicar a elevada alfabetização deste grupo profissional, que a leveza e portabilidade destas facilitaria o transporte de livros e a sua consequente circulação por vários leitores (Hobsbawm e Scott 1980, 98). Mas a aquisição dessa literacia pode, mais provavelmente, justificar-se pela necessidade de estar no controlo tanto da produção como da posterior comercialização do calçado, algo que conduziu a um contacto com o mundo das trocas, tão mais facilitado quanto se dominasse a escrita. Para além disso, pode-se ainda aventar que o facto de se ter criado uma imagem estereotipada do sapateiro enquanto o “operário intelectual” por excelência<sup>7</sup> pode, mais do que ter retratado a reali-

dade, ter acabado por criá-la - o ofício, assim entendido, poderia acabar por atrair jovens aprendizes já com interesses e preocupações de natureza filosófica e política. Certo é que a proximidade entre o anarquismo e o fabrico e restauro de sapatos não é negligenciável para este período. Jean Grave, figura proeminente do movimento, era sapateiro, tal como Francisco Mora, secretário do Partido Socialista Espanhol e seu historiador – que encontra um equivalente português em Manuel Joaquim de Sousa, outro destacado anarquista e sapateiro que produziria um conjunto de obras sobre o movimento operário e sindical no país (Sousa 1976)<sup>8</sup>.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX, os sapateiros trabalhavam em oficinas de maior ou menor dimensão, cenário progressivamente menos comum a partir da década de 90 e até à segunda década do século XX, período durante o qual o trabalho de sapateiro passa a desenvolver-se maioritariamente ao nível do domicílio, em

---

<sup>7</sup> Plasmada, por exemplo, na literatura de oitocentos, que frequentemente retratava o sapateiro como “o sábio da aldeia”, fascinado por livros e pela leitura (Hobsbawm e Scott, 1980, pp. 90-93);

<sup>8</sup> Fora os grandes vultos, destacam-se casos como os de António Francisco de Sousa, sapateiro setubalense que fazia da sua oficina um ponto de encontro para

militantes anarquistas, possuindo “uma boa biblioteca” que serviu de escola a outros militantes libertários. É, de resto, comum encontrar sapateiros envolvidos em publicações periódicas e na animação de bibliotecas e centros sociais. (Projecto Mosca, em [http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com\\_dicionario&view=militante&cid=530&Itemid=49](http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=530&Itemid=49), consultado a 15/04/2021);

pátios e vãos de escada alugados. A Estatística Industrial de 1917 deixa bem claras as condições em que se exercia a profissão à época. Dos 369 estabelecimentos industriais de calçado, 241 tinham entre um e cinco operários, sendo que apenas sete tinham mais de 50 (Brás 2004, 7). Quanto ao que se passava no interior destes espaços que pudesse resultar na mundividência que as literaturas inglesa e francesa de oitocentos atribuíam ao sapateiro, há um registo inultrapassável. José Silva, nas suas *Memórias de um Operário*, faz um retrato vívido do ambiente oficial em que os sapateiros exerciam a sua actividade. Se, por um lado, põe em causa a ideia de que se tratava de um trabalho físico e intelectualmente pouco exigente, afirmando que as conversas tidas no espaço de trabalho consistiam “com raras excepções, em frioleiras”, por outro diz-nos também que os seus companheiros de oficina

tinham uma certa personalidade e conversavam sobre coisas de que eu nunca ouvira falar: de Associações de Classe, de direitos dos trabalhadores e de exploração capitalista. (...) Falavam também de anarquismo, de burguesia, citando livros, como «A Conquista do Pão», de Pedro Kropotkine, «Entre Camponeses» de Malatesta e outros. (Silva 1971, 26-27)

Se José Silva passa a ideia de que os sapateiros em Portugal permaneciam maioritariamente iletrados, não deixariam de ter uma propensão para se envolverem nos debates em torno da “questão social”, revelando conhecer, pelo menos, algumas das principais obras do pensamento libertário. Ainda assim, o mesmo autor, falando do seu pai analfabeto, diria que este “falava nas assembleias mutualistas (...) [e era] ouvido com atenção e respeito” (Silva 1971, 20), lembrando-nos que a iliteracia não era, como aliás nunca fora, um entrave a uma militância activa.

Na reconhecida impossibilidade de apurar de forma cabal motivações e influências, este pano de fundo pode ajudar a desvelar o meio em que Constantino se aproximou das ideias libertárias. Afinal, “o lugar ocupado por cada sujeito no sistema de produção social, na economia e nas relações de trabalho é um elemento essencial na hierarquia de valores da ideologia libertária” (Freire 1992, 54). Poder exercer a sua arte em qualquer lugar sem grandes entraves logísticos fazia dele alguém com o perfil indicado para propagandista, dando-lhe uma mobilidade invejável e útil no momento de “fintar” aqueles que o perseguiram. E com ele viajavam não só ferramentas, mas também livros e ideias, capazes de fazer caminho até lugares improváveis.

### 3. Do Algarve a Trás-os-Montes

A vida de Constantino levou-o a percorrer o país, nunca se tendo demitido da sua missão de propagandista. Por não ter sido indiferente ao que o rodeava, teceu vários comentários sobre as realidades com que se ia deparando. Lê-los dá-nos, mais do que um retrato da época, uma melhor percepção da forma como eram recebidas as ideias libertárias em espaços que, por estarem afastados de ambientes industriais e operários, não sentiriam de forma significativa os seus apelos. A análise desses escritos permite lançar um novo olhar sobre a participação política nas “margens” de um país macrocéfalo, matizando a tese de que a distância dos centros de decisão é sinónimo de desinteresse ou conservadorismo.

No Algarve, de onde era natural e onde regressaria frequentemente, Bartolomeu é reconhecido como o impulsionador do anarquismo na região, ou mesmo como “o mais audaz combatente, o mais robusto temperamento revolucionário, comparável a Bakunine, o que maior impulso [deu] ao anarquismo no Algarve”<sup>9</sup>. Como já vimos, foi lá que

teve um dos seus gestos mais audazes, aquando dos tumultos com que foi recebido João Franco em 1903 - promovidos pelo Grupo *Os Rebeldes* (de Faro) e enquadrados pela greve das operárias das fábricas de conservas e pela resistência à lei de 13 de Fevereiro. Dispõem-se de poucos textos da sua autoria sobre o movimento libertário na região, mas estes comentários permitem, pelo menos, aferir que as suas ideias não só tiveram eco como formaram uma escola com uma duração fora do comum – *Os Rebeldes*, grupo cuja formação apoiara e com a qual não deixaria de manter contactos, estavam ainda activos por altura da sua morte. De resto, em cidades como Sines ou Olhão, nas quais se desenvolvia a indústria das pescas, conservas ou transformação de cortiça, o apelo das teses anarco-sindicalistas dificilmente pode surpreender.

Na região centro, o seu percurso foi mais breve, mas nem por isso menos relevante no que a comentários e acções de propaganda diz respeito. Em 1913, assinalando o momento em que o periódico que então redigia (*A Revolta*) passa a ser distribuído em Coimbra, foram promovidas pela secção local conferências nos arredores dessa cidade

---

<sup>9</sup> “*A Revolta*, 16/03/13, 3;

submetidas ao tema “República, Socialismo e Anarquia”, com lugar na União dos Trabalhadores e no lugar de Fala, nos arrabaldes. Neste último, as moções apresentadas terão sido aprovadas “delirantemente por mais de 700 pessoas que se achavam presentes”<sup>10</sup>. Bartolomeu parece, no entanto, desapontado com os níveis de organização que encontra, declarando que “do movimento operário local pouco ou quase nada há a dizer”<sup>11</sup>, chamando apenas a atenção para as comemorações do 15º aniversário da associação local dos sapateiros (naturalmente) onde participaram João Sertié e Manuel Joaquim de Sousa. Este mesmo desencanto será, muito provavelmente, o responsável pelo início de uma recolha de fundos para a realização de uma “Tournée Anarquista” pela região que, apesar dos seus ambiciosos propósitos, não sabemos se alguma vez chegou a ter lugar. O objectivo desta passava por organizar nos princípios revolucionários as populações do campo e da cidade, “incutindo-lhes no espírito a necessidade de se apoderarem da terra e dos instrumentos de trabalho, recusando-se a

reconhecer a propriedade privada, base de toda a desigualdade social”<sup>12</sup>.

Mas aqueles que são talvez os relatos mais incisivos e surpreendentes sejam os produzidos no seu exílio transmontano, condição para a qual é remetido em virtude de distúrbios ocorridos na Rua do Carmo durante uma greve-geral. Passa a viver em Vidago, assumindo a sua companheira, Júlia da Cruz<sup>13</sup>, a direcção de um novo periódico anarquista, intitulado *O Agitador*, propriedade do Grupo *Avante pelo Futuro*. Nele, utilizando o pseudónimo João da Cruz (fazendo-se passar por irmão da mulher), Bartolomeu descreverá as suas intenções da seguinte forma:

“A par e passo que derramaremos a luz pelos cérebros incultos dos trabalhadores destas regiões montanhosas, iremos também cuidando dos interesses locais dos povos de Traz-os-Montes – infelizmente tão fugidos da civilização”<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> *A Revolta*, 16/03/13, 3;

<sup>11</sup> *A Revolta*, 09/03/13, 2;

<sup>12</sup> *A Revolta*, 23/03/13, 3;

<sup>13</sup> Professora primária que, até 1913, tinha sido secretária da Federação Anarquista

do Sul, assumindo em 1916 o secretariado-geral da União das Mulheres Anarquistas;

<sup>14</sup> *O Agitador*, 01/02/14,1;

Um paternalismo usual entre os arautos da revolução social. Nas suas primeiras impressões dessa nova geografia, acrescentaria que a vida era “raríssima e insuportável” ou que “o progresso está de mal com a província de Traz-os-Montes, tirando Chaves e Vila Real”. Sentia estar “a dez mil léguas da civilização moderna”<sup>15</sup>.

Nada que, no entanto, o tenha demovido. Logo no primeiro mês da sua estada realiza sessões de propaganda em Loivos, Franzeres e Freixeda, locais onde o *Agitador* terá sido “bem-recebido”, levando a que se procurasse estabelecer um grupo em Vila Pouca de Aguiar e organizar o movimento em Chaves, onde existiriam “grandes números de camaradas nossos, mas que vivem isolados”<sup>16</sup>. O bom acolhimento do periódico fará até que este passe de mensal a quinzenal logo após o primeiro número, acompanhando o lançamento de outro tipo de iniciativas. É fundada, por sua iniciativa<sup>17</sup>, a Associação Auxiliar das Classes Operárias de Vidago que, para além de prestar auxílio aos associados na enfermidade, incluía um gabinete de leitura e uma aula nocturna para os seus sócios. Começam também a discutir-se as bases

para uma associação operária, gérmen da União Operária Transmontana (UOT).

Mas o ambiente pacífico em que se desenrolaram estas primeiras iniciativas não duraria. A partir do momento em que se muda para Chaves, começando a assinar artigos com o seu verdadeiro nome, a imprensa local ligada a sectores conservadores lançou-se na denuncia das suas ideias, apelando a boicotes ao *Agitador* e a todas as demais iniciativas promovidas pelo grupo a ele associado. O corolário dessa campanha chega em Dezembro de 1914, quando é instado pelas autoridades a partir rumo a Lisboa devido às acusações que tinha pendentes na capital. Foram-lhe concedidos cinco dias para partir, mas, após manifestações de apoio da população, ter-se-á optado por recuar. Em reunião extraordinária da UOT, cuja sede era em sua casa<sup>18</sup>, decide-se que os operários a ela fiéis deveriam abandonar os trabalhos ao meio-dia para lá se reunirem, realizando depois uma marcha de protesto contra a ordem de expulsão de Bartolomeu. É feito um relato de ruas e largos cheios de populares solidários que, apesar da chuva e da

<sup>15</sup> *O Agitador*; 01/02/14,1;

<sup>16</sup> *O Agitador*, 15/02/14, 2;

<sup>17</sup> Da comissão fundadora faziam ainda parte Luiz Maria d’Oliveira e Manuel Luiz

Costa;

<sup>18</sup> Em Santo Amaro, no nº27 da Rua das Longras, onde funcionava igualmente a redacção d’*O Agitador* e a sua oficina de sapateiro;

lama, deram corpo a uma jornada que ficaria vinculada à “história do movimento sindical de Chaves, e [que] foi uma eloquente lição aos que julgam ter ainda o predomínio sobre as classes operárias”<sup>19</sup>.

As redes de solidariedade que Bartolomeu conseguiu tecer em menos de um ano são um testemunho da sua capacidade de mobilização, mesmo em terras que lhe eram estranhas. Mas, além disso, demonstram que já haveria uma “base” a partir da qual o nosso “agitador” poderia trabalhar, revelando ainda que as ideias e reportórios de luta libertários tinham mais alcance do que por norma nos é dado a crer.

Em Fevereiro de 1915 dá-se o regresso a Lisboa, na altura em que o jornal e o grupo celebravam um ano. A partir desse momento, o refluxo do ainda incipiente movimento libertário transmuntano é célere – não se publicaram mais números do periódico e a própria UOT, que esteve perto de se transformar em federação, vai perder capacidade de mobilização, malogrados os apelos feitos pelo próprio Bartolomeu a partir da capital. A efervescência à sua chegada e a degenerescência à

sua partida demonstram, novamente, o carácter excepcional deste propagandista.

O motivo da partida terá sido o estado de saúde da sua companheira, mais do que a perseguição das autoridades. Foram recolhidos fundos para o tratamento de Júlia da Cruz em Lisboa e Bartolomeu acompanha-a. Apesar de nos dizer que o “Ideal sublime de emancipação humana é para nós – a Vida!”<sup>20</sup>, continuava a haver prioridades que a ele não se submetem.

### **Conclusão**

A morte de Constantino dá origem ao seu último acto enquanto propagandista. O culto laico dos mortos, popularizado na República, era uma ocasião solene e, ainda que a igreja não estivesse presente, o seu lugar era ocupado por outras instituições, adaptando-se os ritos, do cortejo às elegias, por forma a fazer jus ao espírito do falecido e à sua mundividência (Catroga, 1999: 209-213). Seria, neste caso, mais uma jornada e luto e luta. O corpo é velado na Federação da Associação de

---

<sup>19</sup> *O Agitador*, 06/12/14, 1-2;

<sup>20</sup> *O Agitador*, 31/01/15, 1;

Classe da Construção Civil<sup>21</sup> e o cortejo, liderado por uma massa de populares, era acompanhado por representantes de várias associações de classe, centros sociais e escolares, bandas filarmónicas, grupos esperantistas, entre outros. Já no cemitério dos Prazeres, chegam a discursar em simultâneo oito oradores, algo que muito impressionou a imprensa da época. O *Diário de Notícias* deixa a seguinte descrição: “É a primeira vez que tal se faz em Portugal, e o aspecto é realmente imponente. Os apoiados às passagens mais vibrantes dos discursos cruzam-se, avolumam-se, e tomam por vezes uma majestade que comove.”<sup>22</sup> Este relato é testemunho não só da popularidade de Constantino, como do tipo de vínculos que os militantes libertários estabeleciam com o associativismo local.

Além disso, o seu percurso revela-nos a importância dos grupos de tipo “primário” na disseminação dos ideais acratas. Constantino formava, juntamente com Júlia, um núcleo duro, um grupo de base aliçado em afinidades individuais que, mesmo não sendo garantia de uma melhor condição económica, serviria de sustentáculo moral para

as acções desenvolvidas. Parecem ser esses os elos de união mais comuns e duradouros do movimento anarquista (Freire, 1992: 285) que, de outra forma, apresenta uma tendência grupúscular, trespassada por uma aura de efemeridade. Um grupo anarquista era, antes de tudo, uma comunidade espiritual, na qual se é amigo antes de companheiro (Fonseca, 1988: 49-50).

Tomar esses grupos como escala de análise aponta para a necessidade de uma reapreciação do movimento libertário do período. Mais do que reduzir este tipo de registos “à quão invejável condição de interessante curiosidade” (Fonseca 1988, 7), trata-se de deles extrair informações relevantes. O caso de Bartolomeu mostra-nos até que ponto as relações de proximidade e a ocupação profissional podem facilitar a militância libertária, confirmando ainda que esta não se encontrava limitada aos meios urbanos, tendo chegado a alguns dos pontos mais remotos do país e, também aí, encontrado adeptos entusiastas.

---

<sup>21</sup> Não por acaso. Tratava-se do sector industrial com maior peso no movimento libertário português (Freire, 1992: 63);

<sup>22</sup> *Diário de Notícias*, 17/01/1916, 4.

---

**Referências Bibliográficas**

- BRÁS, Rui Manuel. *Formas Institucionais e Sistemas de Valores – as associações de sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*. Oeiras: Celta Editora, 2004;
- CATROGA, Fernando, O Céu da Memória – cemitério romântico e culto cívico dos mortos, Coimbra, Minerva, 1999;
- FONSECA, Carlos da. *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Edições Europa América, 1980;
- FONSECA, Carlos da. *Para uma análise do Movimento Libertário e da sua História*. Lisboa: Antígona, 1988;
- FREIRE, João. *Anarquistas e Operários – ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992;
- HOBSBAWN, Eric J., SCOTT, Joan Wallach. “Political Shoemakers.” *Past & Present*, nº89 (1980): 86 – 114;
- MÓNICA, Maria Filomena. *Movimento Socialista em Portugal (1875 – 1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985;
- SANTANA, Emídio. *Memórias de um militante anarco-sindicalista*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987;
- SILVA, José. *Memórias de um Operário*. Porto, s.e., 1971;
- VENTURA, António. *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892 – 1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000;
- VENTURA, António. “Contestação ao centenário antoniano.” *Lusitânia Sacra* 2, nº8/9 (1996-1997): 361–383.

**Nota biográfica:**

Gil Gonçalves é licenciado em História (2016) e mestre em História Contemporânea (2019) pela NOVA FCSH. Frequenta o doutoramento em Estudos sobre a Globalização e é investigador integrado no Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA FCSH).